

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
PREFÁCIO	VII
NOTAS DO AUTOR	XI
A ESTRUTURA GOVERNAMENTAL	1
1. SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO – SEFAZ	3
1.1 A Subsecretaria da Receita Estadual – SRE.....	4
1.2 Consultoria Tributária – CT.....	12
1.3 Diretoria da Representação Fiscal – DRF e Repre- sentação Fiscal Regional – RFR – 1ª Instância..	13
1.4 Delegacia Tributária de Julgamento – DTJ – 1ª Instância.....	14
2. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – PAT	17
2.1 Processo Administrativo Tributário – Eletrônico (e-PAT).....	23

2.2	Auto de Infração e Imposição de Multa Eletrônico	28
3.	PRIMEIRA INSTÂNCIA – DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE JULGAMENTO – DTJ	43
3.1	Defesa	46
3.2	1ª Fase do julgamento em primeira instância – (DTJ).....	50
3.3	2ª Fase do julgamento em primeira instância – (DTJ).....	53
3.4	Recurso de ofício.....	53
3.5	Recurso Voluntário.....	54
3.6	Considerações sobre os Recursos na 2ª Fase da Primeira Instância: Recurso de Ofício e Recurso Voluntário	57
4.	O JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA NO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS – TIT	65
4.1	Diretoria de Representação Fiscal – DRF	66
4.2	Tribunal de Impostos e Taxas – TIT.....	68
4.2.1	Estrutura	75
4.2.2	Princípios.....	76
4.2.3	Atribuições	77
4.2.4	Juizes.....	80
4.2.5	Câmaras Julgadoras.....	84
5.	RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO ORDINÁRIO, APRECIADOS PELAS CÂMARAS JULGADORAS DO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS	87
5.1	Recurso de Ofício.....	88

5.2	Recurso Ordinário	89
5.3	Decisão parcial	91
5.4	Da retificação de julgado em Câmaras Julgadoras.	92
5.5	Sessões de Julgamento das Câmaras Julgadoras	95
5.6	Impedimento	96
5.7	Pedido de vista <i>x</i> voto de preferência	97
5.7.1	Voto com pedido de preferência	97
5.7.2	Voto com pedido de vista.....	97
5.8	Sustentação oral.....	99
5.9	Diligência	101
5.10	A votação em Câmaras Julgadoras.....	103
6.	A SEGUNDA FASE DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA.....	109
6.1	Câmara Superior	109
6.2	Recurso Especial	112
6.3	Sessão temática	115
6.4	Retificação de julgado	121
6.5	Reforma dos julgados administrativos.....	122
6.6	Complemento de julgado.....	126
6.7	Súmula vinculante.....	130
6.7.1	Súmulas vinculantes aprovadas pela Câmara Superior, até junho de 2023.....	133
6.8	As votações em Câmara Superior.....	138
6.8.1	Impedimento.....	139
6.8.2	Sustentação oral	140
6.8.3	Pedido de vista.....	142
		XV

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

6.8.4 Voto de preferência	144
6.8.5 Diligência.....	144
6.9 Procedimentos da votação na Câmara Superior	146
7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	151
REFERÊNCIAS	193